PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/88

Considerando que a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A., presta um serviço público essencial à vida das populações da Região de Lisboa;

Considerando que a comissão administrativa da Carris vem, desde o início do corrente ano, efectuando negociações com as associações sindicais representativas do pessoal com vista a rever o acordo de empresa relativo a 1988;

Considerando que para o efeito foram já mobilizados o máximo de recursos financeiros que a situação económico-financeira da empresa justifica e o indispensável apoio pelo Estado permite;

Considerando que, não obstante os esforços feitos pela comissão administrativa da Carris para manter o diálogo com vista à obtenção de um acordo com todas as associações sindicais, algumas dessas associações vêm mantendo um longo processo de paralisações;

Considerando que as referidas paralisações impossibilitam a satisfação de uma necessidade social impreterível, como é o transporte diário de centenas de milhares de pessoas, deslocando-se de e para as escolas, os locais de trabalho, os centros de saúde, etc., o que está a ser factor de graves perturbações e incómodos para as populações:

Nos termos e para o efeito do disposto no artigo 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 637/74, de 20 de Novembro, o Conselho de Ministros, reunido em 8 de Fevereiro de 1988, resolveu:

1 — Reconhecer a necessidade da requisição civil dos trabalhadores da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A., que se encontrem em greve naquela empresa que sejam indispensáveis para assegurar a manutenção e conservação dos equipamentos e a satisfação das necessidades sociais impreteríveis que a empresa visa prosseguir.

2 — Autorizar os Ministros das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Emprego e da Segurança Social a efectivar, por portaria, a requisição civil desses trabalhadores.

3 — A presente resolução produz efeitos imediatos.

Presidência do Conselho de Ministros. — O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES E DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 84-A/88

de 8 de Fevereiro

Dando execução à Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/88, que reconheceu a necessidade de

se proceder à requisição civil do pessoal em greve na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A.:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Emprego e da Segurança Social, o seguinte:

1.º Tendo em conta o disposto na Lei n.º 65/77, de 26 de Agosto, designadamente nos n.ºs 1, 2, alínea g), 3 e 4 do artigo 8.º, são requisitados, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 3.º, n.º 1, alínea c), e 4.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 637/74, de 20 de Novembro, os trabalhadores da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A., participantes nas paralisações laborais da empresa necessários para acautelar a segurança e manutenção do equipamento e instalações e para prestar os serviços mínimos indispensáveis à satisfação das necessidades sociais impreteríveis que a empresa visa prosseguir.

2.º A presente requisição durará pelo prazo de 30 dias, prorrogável automaticamente por iguais períodos sucessivos, tendo início imediatamente.

3.º Durante o período de requisição, os trabalhadores por ela abrangidos ficam sujeitos ao Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, sendo-lhes em tudo o mais aplicável o regime jurídico decorrente da Lei Geral do Trabalho e dos instrumentos de regulamentação colectiva vigentes na empresa.

4.º A execução da presente requisição será assegurada pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que é investido de todos os poderes e competências para aplicar, por despacho, o regime definido nesta portaria e adoptar medidas adequadas ao seu cumprimento.

5.º A competência para a prática de actos de gestão decorrentes da requisição cabe à comissão administrativa da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A., que fica directamente responsável perante o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

6.º Os poderes e competências do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações referidos nos números anteriores poderão ser delegados no Secretário de Estado dos Transportes Interiores.

7.º A presente portaria entra imediatamente em vigor.

Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Emprego e da Segurança Social.

Assinada em 8 de Fevereiro de 1988.

O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *João Maria Leitão de Oliveira Martins*. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Albino da Silva Peneda*.